

INFORMATIVO SEMANAL DA **CACB** SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, TRIBUTÁRIOS E POLÍTICOS DE INTERESSE DO SETOR PRIVADO BRASILEIRO E DE UTILIDADE GERENCIAL

DATA: 10/02/2005

ANO III - Nº. 086

QUEM PAGA A CONTA

A Câmara dos Deputados tem 513 deputados. Cada um recebe 15 salários/ano, no valor de R\$ 12.847,20/mês. Quando há sessões extraordinárias – e elas se tornaram praxe – se recebe mais 2 salários. Normalmente, uma sessão extraordinária dura de 10 a 20 dias. Além do salário mensal, cada deputado tem direito a: 1) R\$ 35.000,00 de verba de gabinete, que o deputado usa para contratar de 5 a 20 auxiliares, com remuneração máxima de 5.226,76. Grande parte contrata parentes. 2) Verba indenizatória, aumentada de R\$ 12.000,00 para R\$ 15.000,00 na última sessão de 2004. Teoricamente é para pagar despesas no estado de origem como aluguel, locomoção, escritório e outras. “Exige-se” comprovação de gastos. 3) R\$ 4.278,55 para pagar conta de telefone e correio. 4) R\$ 3.000,00 de auxílio moradia, para quem não ocupa apartamento funcional em Brasília. Mas os deputados que têm apartamento em Brasília, também recebem. E até mesmo os deputados federais que representam o Distrito Federal. 5) 4 passagens por mês Brasília-Capital do respectivo estado de origem. Cada deputado custa, aproximadamente, R\$ 80.000,00 mensais. Abatendo o que cada um de fato gasta, sobra uma excelente remuneração, ainda mais em se tratando de uma atividade não obrigatória - só é deputado quem quer – e representam o Parlamento de um país em que o salário-mínimo é R\$ 300,00.

Mas há quem ache pouco. O presidente da Câmara dos Deputados deixou pronta, para votação em fevereiro, uma resolução que aumenta a verba de representação para R\$ 45.000,00. No debate sucessório da presidência da CD há promessas de toda espécie, muitas relativas a aumento de remuneração. Ainda vai chegar o dia em que os deputados vão querer carro e motorista à disposição, privilégio hoje restrito aos senadores, que são 81. Tudo isso para ficar apenas três dias em Brasília.

Este problema é político ou econômico? O orçamento geral da Câmara dos Deputados para 2005 é R\$ 2,475 bilhões. A Câmara e o Senado não emitem moeda. Quem paga a conta? Certamente o contribuinte - cidadão ou empresa - que parece não se dar conta que parte do Imposto de Renda, IPI, PIS/PASEP, COFINS, CPMF... serve para bancar o necessário e os exageros. O consumidor também não se dá conta de que todos esse tributos em algum momento deságuam nos preços de bens e serviços que consomem. Ainda engatinha, no Brasil, um arremedo de consciência social do peso dos tributos – federais, estaduais e municipais – na vida do cidadão comum. Mas pode ser diferente se todos quiserem.

PEQUENA EMPRESA E CONTAS PÚBLICAS É IMPORTANTE ACOMPANHAR O QUE ACONTECE NA MACROECONOMIA

É um comportamento natural. Preocupado com o dia-a-dia de seu negócio, o pequeno empresário não se liga muito na macroeconomia. Ele tem de produzir e vender, pagar funcionários, impostos e demais despesas, e fechar o balancete para ver o que sobrou, se a formalidade está valendo a pena. É mais ou menos assim que o Brasil faz.

Os resultados das contas públicas em 2004, tornados públicos no final de janeiro, mostram dados surpreendentemente bons em se tratando de um governo que se instalou sob o signo da desconfiança externa e, por que não, de grande parte da elite empresarial brasileira.

O resultado primário – diferença entre receita e despesa – foi excepcionalmente bom. As contas da União (gastos federais) teve um saldo positivo de R\$ 52,385 bilhões, aos quais se somam saldo igualmente

positivos nas contas de Estados e Municípios, R\$ 16,060 bilhões e R\$ 1,422 bilhão respectivamente, mais R\$ 11,245 das empresas estatais, fechando o superávit das contas do setor público (União + estados + prefeituras + empresas estatais) em R\$ 81,112 bilhões em 2004. Recorde absoluto.

Pena é que este superávit deriva, em parte substancial, de aumento de receita e não de redução de despesa. As receitas tributárias, em 2004, também se situaram no conceito de recorde (cerca de 36% do PIB), mas em sua companhia esteve (boa notícia) outro recorde, que é o saldo positivo da balança comercial, a diferença entre o que se exportou e o que se importou (US\$ 33 bilhões).

Há algo a lamentar. Todo esse esforço não resulta em melhoria efetiva de serviços públicos – estradas, portos, saúde, educação – porque o destino que se ao superávit faz parte de uma herança de quatro décadas: pagamento dos juros da dívida pública. Mas não pense que dá para pagar todo o juro decorrente da dívida. Infelizmente, se em 2004 se “economizou” R\$ 81,112 bilhões, os juros da dívida chegaram a R\$ 128,256 bilhões. Ou seja, parte do juro não é paga e se incorpora ao principal da dívida.

Surge aí surge outro conceito macroeconômico: o chamado déficit nominal, o qual, ao lado do superávit primário (receita menos despesa), também está se tornando popular. Quanto se leva em conta tudo que o País arrecadou, menos o que gastou, mais o que pagou de juros, a conta de 2004 não fecha, ou melhor, fecha em vermelho, e o País fica devendo R\$ 47,144 bilhões, que se agregam à dívida principal.

O resultado de 2004 é um dos melhores da história recente, apesar dos pesares. O saldo primário (aquele da receita menos despesa) de R 81,112 bilhões é maior do que a meta estabelecida pelo próprio governo (R\$ 79,2 bilhões) e maior também que o compromissado com o FMI, R\$ 71,5 bilhões. O Governo Federal, como se vê, está sendo mais realista que o rei. Por exemplo: se o Governo se contentasse com a meta comprometida com o FMI, sobrariam cerca de R\$ 10 bilhões, recursos que poderiam ser investidos na recuperação das estradas brasileiras (quase toda malha rodoviária) e nos demais serviços públicos. É verdade que se assim o fizesse, o resultado nominal (aquele que leva em conta também os juros) seria um pouco pior. Mas o que é mais importante: ter um resultado balanço mais expressivo ou atender as necessidades sociais?

As perguntas que se impõem, numa encruzilhada como esta são: vale a pena deixar de fazer obras essenciais em infra-estrutura, saúde e educação para pagar 63% dos juros vencidos no ano? Por que não pagar, por exemplo, apenas 55%? Por que não pagar menos ainda?

As opções são de natureza política. Significa o País ser um Brasil ou uma Argentina, frente à comunidade financeira internacional e aos maiores investidores do mundo. O presidente Lula parece estar fazendo uma administração pensando no Brasil do século 21 e não na próxima eleição. Corre risco de arrumar a casa e dela não usufruir. Um pouco menos de rigor macroeconômico resultaria em substancial melhora na vida dos cidadãos brasileiros. Outros governos não fizeram isso porque não alcançaram as condições que 2004 propiciou. FHC atravessou oito anos com déficit comercial e suas contas jamais chegaram próximas às de 2004. Agora, os números mostram, é possível.

O presidente Lula deveria lembrar-se de célebre frase de um dos maiores economistas de todos os tempos, John Maynard Keynes, antes que seja tarde: “Ninguém come macroeconomia!”

JUROS E TRIBUTOS SELIC DEVE SUBIR MAIS

A ata da última reunião do COPOM – Comitê de Política Monetária não deixa margens à dúvidas: o Banco Central não se sente seguro em relação ao comportamento dos preços nos próximos meses e tende a aumentar um pouco mais a Taxa SELIC, atualmente em 18,25%. A meta de inflação para 2005, 5,1% (IPCA), estaria sob risco, segundo analistas do Banco Central, e quando esses analistas têm este entendimento é como se fosse um aviso, prévio, de que na próxima reunião do COPOM a Taxa SELIC pode aumentar. Esta é a leitura que o mercado faz.

Pressões políticas contra esta ortodoxia monetária do Banco Central estão aumentando. Não porque os políticos estejam de fato preocupados com o destino da economia (que em 2004 apresentou resultados excepcionais). Eles estão é preocupados com a eleição de 2006 e seus mandatos. A oposição colou dois

temas polêmicos: juros e tributos e, mais em decorrência do segundo, encontra apoio e repercussão na sociedade.

A MP 232 – já objeto de comentários anteriores – deu à oposição uma munição que ela não esperava. Do ponto de vista político, todavia, o foco está centrado no aumento da CSSL (0,72% sobre o faturamento a partir de 1º de abril) e IR (1,2% a partir de 1º de janeiro de 2005), e isso preocupa, pois para a pequena empresa, incluindo quem está no SIMPLES, o artigo mais grave é aquele que acaba com a possibilidade de recurso ao Conselho de Contribuintes e entrega o pequeno às garras exclusivas do Delegado Fiscal. Alguém conhece algum caso em que um auto de infração foi tornado improcedente por um Delegado Fiscal? Ao pequeno restará recorrer ao Poder Judiciário e isso representa mais custos, talvez até maior que o aumento da CSSL e do IR, o qual, diga-se, deve ser combatido.

O empresariado, todavia, não deve se animar muito com as marolas políticas, pois a lógica política difere da empresarial. Afinal, o que seria melhor para a oposição: rejeitar a MP 232 ou deixar que ela seja aprovada contra o seu voto?

Desconfio que a segunda opção seja a verdadeira.

Responsabilidade Técnica:

RN & MARINI Editora e Comunicação

SCN Qd. 02, Ed. Centro Empresarial Liberty Mall, Torre B, Sala 431 CEP:70712-903

Fone: (61) 327-8690/328.8053 – Fax: (61) 326-4138

E-mail: rn.marini@terra.com.br / rn@brturbo.com / carltda@terra.com.br